

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

Inicialmente, é importante esclarecer que a íntegra das reuniões do Conselho Administrativo está disponível em mídia eletrônica no site do Instituto, a qual todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, desta gravação. Todos os fatos ocorridos na reunião, encontram-se registrados na referida mídia, a qual deverá ser consultada para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Aos **4 (quatro) dias do mês de Fevereiro de dois mil e dezenove**, as 18:00 (dezoito) horas, no Auditório do Centro de Convivência de Idosos "Tia Lidia"- Rua Aristóteles Costa, 208- Jd Calegaris., reuniram-se os membros do Conselho Administrativo além de Diretor Administrativo Financeiro e Diretora Presidente para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto, conforme Regimento Interno dos Conselhos.

Pauta do dia: 1- Leitura e aprovação da Ata do dia 21/01/2019; 2- Apresentação pelo setor de Perícias dos trabalhos realizados com servidores afastados; 3- apresentação pelo Comitê de Investimentos das justificativas da sugestão de resgates e nova aplicação de valores do Instituto; 4- apresentação de orçamentos para contratação de empresa de gestão atuarial; e 5- posicionamento da diretoria do Instituto sobre a necessidade ou não dos serviços de assessoria de imprensa.

Tendo início os trabalhos do dia, a partir da **primeira pauta**, o Sr. Presidente tomou a palavra, confirmando com os demais conselheiros que participaram da reunião do dia 21/01/2019, o recebimento prévio da ata e sugerindo a aprovação, dispensando-se a leitura, tendo-se em vista o conhecimento e anuência dos referidos documentos, o que foi prontamente atendido por todos os envolvidos, tendo a ata sido aprovada por unanimidade. Em sequência ao **segundo item da pauta** do dia, passada a palavra ao Paulo (funcionário cedido da Prefeitura para Pauliprev) responsável pelo setor de Perícia durante um ano e meio (retornará a desenvolver atividades laborais na Prefeitura no mês de Fevereiro) enfatizou que sua apresentação seria mais voltada ao trabalho desenvolvido no Departamento. Com isso citou que após a Lei complementar 69/2018, a área passou a ser



um setor e não mais um departamento, agora sob a responsabilidade da Diretora Beatriz. Citou que com o retorno de alguns servidores à Prefeitura algumas rotinas foram estabelecidas, visando facilitar a transferência de atividades aos novos servidores do Instituto. A seguir citou que quando do início de seu trabalho no local, estabeleceu-se projetos a curto, médio e a longo prazo. Seguindo expos que a composição do setor hoje é de dois Técnicos de Enfermagem, uma Assistente Social, dois Médicos (com formação em pericia – pós graduação) e uma Enfermeira, explicando ainda a questão do Instituto não contar com especialistas para realizar as pericias (não viável contratar especialistas de cada área) enfatizando que o setor tem como foco verificar se o servidor tem condições de voltar à alguma atividade ou não, cabendo avaliar sua aptidão somente a Medicina do Trabalho do Deesmt. Enfatizou a seguir que o setor não trabalha com questões políticas ou de “caça as bruxas”. Seguindo citou que a curto prazo foi elaborado o Manual de Procedimentos(funções executadas, os trabalhos, as rotinas e como deve ser realizado) hoje a cargo da enfermeira para sua devida continuidade. Posteriormente citou que a consulta da enfermagem, o atendimento e a visita do Serviço Social passaram a ser executados além da pericia médica, tendo como um dos objetivos aproximar o servidor do Instituto, portanto o devido acompanhamento do caso, podendo ainda identificar algum tipo de fraude. Ressaltou ainda a importância do trabalho social neste sentido, conhecendo sua rede de apoio, família se possui ou não. Citou ainda o trabalho da servidora Josélia quanto a organização dos prontuários médicos assim como um estudo sobre os afastamentos, expondo neste momento que este estudo poderá verificar os casos de servidores que encontram-se afastados por elevados períodos porém não de forma ininterrupta. Com isso expos que havia dois casos com mais de dois anos que foram encaminhados à aposentadoria por invalidez. Sandra solicitou a palavra e solicitou que Paulo explanasse melhor a questão desses afastamentos, ou seja, se esses servidores teriam buscado a Justiça. Paulo então explicou que haveria três casos ainda que encontram-se com mandato judicial, casos estes que encontram-se com a Procuradoria do Instituto. Paulo ainda citou que o atendimento da Assistente Social e Enfermeira são um preparo para o retorno à Prefeitura, uma vez que a reabilitação pertence a Prefeitura, no entanto a equipe de pericias do Instituto possibilita um estudo prévio facilitando o trabalho do médico do trabalho. Retomando sua fala expos que além da elaboração do Manual de Procedimentos dentro da previsão de curto prazo, também foi criado o fluxograma de trabalho. Sobre a reversão de aposentadoria por invalidez, Paulo citou que

Para A

B

B

B



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

na Lei 17 é citado sobre isso, no entanto frente a complexidade deste processo (ex. há vaga ainda do servidor?), ainda não vem ocorrendo o chamamento desses servidores. A Diretora Presidente pediu a palavra e citou que no caso dos celetistas não há rescisão de contrato, não há desligamento. Diante disso, já foi conversado com o RH Prefeitura visto que deverá ser assegurado o processo de reversão para o servidor, portanto no caso de servidor estatutário aposentado por invalidez deverá ter seu contrato suspenso para eventuais reavaliações e o cargo assim não ficaria vago, tendo somente a partir da prerrogativa definitiva a rescisão do mesmo. Paulo completou no entanto que precisará ser estudado os casos dos já aposentados diante de tal reversão, sendo completado por Reginaldo que realizou a leitura do número de aposentados nesta situação, que totalizou 76 servidores. Nara questionou quanto ao prazo para tais reavaliações, tendo a resposta do Paulo que a Lei não as fixa, porém explicou que o adequado seria a cada dois anos, realizando ainda uma reflexão frente a idade do servidor aposentado por invalidez, não sendo adequado para alguns tais reversões. Eliete sugeriu então que na alteração da Lei 18 isso possa ser melhor explicitado. Seguindo Paulo explanou os motivos por invalidez que voltaram-se de maneira geral: neurologia, ortopedia e psiquiatria, diferente no entanto dos motivos de afastamento atualmente, que voltam-se em primeiro lugar na área de psiquiatria. Paulo ressaltou que atualmente o setor conta com vários processos informatizado e que vem conversando com a empresa responsável pela informática para inserir dados em um sistema, sendo que alguns já obtiveram sucesso e outros ainda em estudo como o prontuário eletrônico. Em relação as denúncias recebidas, os materiais foram encaminhados à Procuradoria, porém alguns pouco frágeis, dificultando a abertura de processo administrativo, necessitando ainda ser estudado as formas de denúncias, formalização, avaliando assim que a alteração da Lei 18 poderá contribuir neste sentido,. Eliete então expos que haveria cerca de 30 casos denunciados, questionando quando se teria devolutiva do encaminhamento dos casos com elementos suficientes. Paulo citou que os casos encontram-se com a Procuradoria do Instituto, enfatizando da necessidade de cuidados para que não se repercuta negativamente para o Instituto. Eliete então questionou novamente quanto a um prazo para obterem tais respostas, lembrando da cobrança por parte dos servidores que estão na ativa com sobrecarga de trabalho em decorrência a tais situações, ressaltando da importância de ter uma perspectiva, um planejamento do término deste trabalho de apuração. Paulo citou que diante disso a necessidade de se verificar os casos que possuem maior ponderação mas da importância

Nara

Jo

A

Φ

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

de se pensar na forma de se realizar a denuncia. Seguindo Paulo citou da necessidade de se realizar uma instrução normativa com relação aos recursos da pericia (ex provocação). Retomou ainda a questão da informatização de forma que o servidor poderá acessar seus dados (data de nova pericias por exemplo), o que aprimorará o trabalho. Eliete lembrou então os problemas anteriores quanto a queixa de demora para a realização de pericia, o que fez o Paulo citar que a sistemática foi alterada e que atualmente o servidor sempre conta com uma data para um novo atendimento; já em relação a junta médica, Paulo expôs que encontra-se somente dois servidores para serem encaminhados porém ainda não conta com tempo para tal ação. Sandra questionou então quem seriam os profissionais que estariam responsáveis pela junta médica, tendo a resposta que além dos médicos do Instituto ainda contam com um terceiro proveniente da rede de Saúde, o que avalia como uma fragilidade uma vez que um único profissional da Prefeitura contribui nesta atividade. Finalizando, Paulo citou do trabalho a ser desenvolvido a longo prazo pelo Serviço Social voltado a pós aposentadoria. Eliete então pediu a palavra e pediu para retomar o assunto dos dois servidores encaminhados a aposentadoria por invalidez e os três com mandato judicial, tendo nova explanação por parte de Paulo. Solicitado a inversão de itens da pauta, passou-se para o **quinto item**, onde Nivia citou que de acordo com sua avaliação e consenso com os demais servidores do Instituto não deverá ocorrer abertura de licitação para Assessoria de Imprensa, considerando a existência atualmente de um site mais dinâmico (cada setor alimentará com seus dados em tempo real), apresentando somente sua preocupação quanto a gravação das reuniões, o que fez Eliete lembrar que no PCCV dos servidores existe a proposta de contar com um assessor de comunicação. Neste sentido Nivia expos que enquanto tal plano não seja aprovado não se sente confortável em “cobrar” tal contribuição, o que fez Sandra citar que corresponderia na verdade uma colaboração. A Diretora ainda citou que outros contratos ainda estariam sendo findados como do apoio na área de informática, A seguir Nivia questionou os conselheiros se estes já contariam com uma data para discutirem a proposta do PCCV dos servidores, o que fez Sandra expor seu protesto uma vez que teria solicitado inclusão na pauta o estabelecimento dessa data. Continuou citando que teria sido agendado dia 30 de Janeiro tal reunião porém em função da instabilidade política da cidade que culminou com a mudança de Prefeito Interino, o Conselho acabou por adiar a reunião, sem contar que nesta mesma data e mesmo horário Nivia e as conselheiras Ligian e Sandra compareceram no gabinete do Prefeito a pedido do

Para



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

mesmo. Assim Sadra solicitou a deliberação pelo Conselho de nova data .O Presidente do Conselho então pediu a palavra e esplanou os motivos pelos quais não teria incluído tal solicitação na pauta, ficando então estabelecido que seria reagendado através do grupo de whatsapp . Nivia então citou que os servidores estariam ansiosos, solicitando assim que a comunicassem tal devolutiva. os servidores estariam ansiosos, solicitando assim que a comunicassem tal devolutiva. Edson então argumentou dando sua opinião pessoal, lembrando que, sabemos da ansiedade dos servidores do Instituto em ver o assunto (PCCV) discutido e resolvido, más que não será resolvido do dia para a noite, pois haverá uma segunda reunião, depois a terceira, até chegarmos num entendimento para assim podermos contar com a aprovação do executivo e do legislativo.Seguindo Sandra expos que os servidores públicos durant uma vida esperaram o PCCV e muitos se aposentaram sem te-lo; que a realidade dos servidores do Instituto é de menos de um ano de trabalho, solicitando assim calma e que não estaria se esquecendo que consta em Lei, da responsabilidade dos conselheiros ; da não necessidade de se pressionar , para não gerar os mesmos problemas que vem acontecendo com o PCCV dos servidores públicos; da importância de realizar as coisas com calma para que fluam; que não vem sendo menosprezando as necessidades de cada um; da capacidade dos servidores hoje do Instituto assim como dos que estão sendo devolvidos à Prefeitura;que vem se sentindo pressionado a dias. Eiete então citou que o município vem atravessando a anos instabilidades políticas, sequer sabiam se os conselheiros não eleitos estariam na reunião na presente data , solicitando assim paciência, acrescentando que não queria que acontecesse à eles o que aconteceu com os servidores públicos, citando de sua própria experiência que não contou com o benefício do PCCV após 24 anos de trabalho. O Procuradora Tainá então expos que sempre se cobrou a elaboração do mesmo e prazo para sua implantação, sendo que o mesmo foi elaborado e que queriam uma devolutiva e que apesar da instabilidade política as coisas não podem parar, expondo ainda a muitas pessoas estão desenvolvendo atividades que não são de sua responsabilidades exemplificando ainda o caso da pessoa que iria realizar as gravações das reuniões. Eliete então retrucou exemplificando sua experiência profissional, não concordando assim que servidores não possam desenvolver certas atividades a nível de colaboração. Edson voltou então sua fala à Procuradora que poderia não estar ocorrendo a reunião do conselho frente a instabilidade política, uma vez que os conselheiros poderiam ser alterados .Sandra a seguir citou que se o PCCV muito bem apresentado estivesse dentro de uma realidade ,



ele poderia ter sido aprovado, porem apresentou um numero maior quase de cargos do que funcionários, ressaltando sua responsabilidade junto aos servidores públicos que representa, enfatizando ainda que não aprovará o PCCV da forma como fora apresentado. Tainá então citou que não somente os servidores do Pauliprev sugeriram a criação de cargos de chefia mas também conselheiros que acompanharam tal processo, não realizando desta forma essa construção de forma unilateral. Nara pediu a palavra e explicou que para fugir do erro cometido no PCCV dos servidores foram orientados a estruturar a questão administrativa, citando que teriam justamente um diferencial a partir do momento que está em um cargo de chefia; que o que foi apresentado foi um primeiro esboço, fazendo uma reflexão se todos sabem as funções de cada um ; que na pratica precisa se observar algumas necessidades. Reginaldo pediu a palavra e citou que o projeto inicial atendeu a demanda dos servidores , cabendo aos conselheiros uma análise para então oferecer devolutiva aos mesmos, sendo necessário o ponderamento de ambas as partes, enfatizando que entende a ansiedade de todos, solicitando no entanto que também pensassem nos conselheiros uma vez o momento de dificuldade frente a instabilidade política, o que afeta certamente a atuação do conselho, solicitando calma neste momento. Assim a principio, a reunião com conselheiros será na próxima segunda feira dia 11 conforme sugestão da Sandra , sendo que acreditava que até a nova reunião ordinária teriam condições de oferecer devolutivas aos servidores. Seguindo para o **quarto item pautado**, Reginaldo citou que entre as empresas que apresentaram orçamentos, a média apresentada correspondeu a R\$ 91 .200,00 (anual) portanto uma média mensal de R\$ 7.600,00 , avaliando que com o pregão este valor certamente será inferior. Eliete então pediu a palavra e questionou Fabiano se a entrega do trabalho demoraria 12 meses, tendo a resposta do mesmo que com este tipo de trabalho qualquer modificação no decorrer do ano, o atuarial será acionado, o que fez Eliete explicar que estaria se embasando no anterior onde na verdade por falta de dados fidedignos era realizado apenas um documento anual. Fabiano a seguir realizou rápida explicação quanto a importância da realização do mesmo neste momento. Eliete ainda sugeriu que toda vez que contassem com algum tipo de deliberação , que fossem encaminhados os documentos via email anteriormente, ressaltando a importância do envio neste caso e ao mesmo tempo a agilização da aprovação do apresentado. Nara solicitou a palavra e questionou o sistema que será realizado para “cobrança” dos protocolos sobre o CNIS no momento do censo, uma vez que quando da realização do cálculo atuarial será necessário que tais



Nara

Jo

F

J

6

documentos já estejam devidamente inseridos. Nara ainda solicitou informações se foi realizado os acertos nos balancetes administrativos do MP um vez que apresentou diferenças . A seguir ainda citou sobre Decreto ainda do final do ano anterior sobre abertura de crédito no valor de 12 milhões , questionando se este dinheiro teria vindo para a conta do Instituto, ficando Nivia de verificar e oferecer devolutiva por não lembrar no momento da reunião, apesar de ser apresentado pelo Diretor Administrativo Financeiro explanação aos presentes e complementado pelo conselheiro Reginaldo. A seguir Nivia expos sobre duas empresas que realizam a certificação para o Pro gestão sendo que Fabiano teria conseguido o orçamento de duas empresas. Diante da não obtenção do terceiro orçamento em tempo hábil , foi deliberado que o colegiado aguardará o recebimento do terceiro orçamento para então realizar tal deliberação, ficando Nivia responsável pelo envio prévio para análise de todos os conselheiros. Questionado sobre a periodicidade das avaliações, Fabiano citou que será de três em três anos, porém se a RPPS poderá solicitar nova reavaliação anteriormente a este prazo, visando passar para outro nível. Fabiano ainda citou que quando da reavaliação de outro nível , o valor certamente será alterado. Reginaldo então questionou se poderia fazer um aditamento da diferença , tendo a compreensão do Fabiano que seria outro contrato. Já o **o terceiro item**, o Diretor Administrativo Financeiro explicou que em relação ao TMJ (16 acionistas), se buscará com outros acionistas alterar o gestor e administradora e se possível ainda alterar o regulamento do fundo. Com em relação ao PYXIS em liquidação, conseguiu-se aprovar o pagamento ao Instituto devendo ser pago até 28 de Fevereiro o valor de R\$ 20.960.878,15 , com expectativa ainda de contarmos com valor de 8 a 11 milhões nos próximos 2 anos (o valor aplicado correspondeu a 30 milhões). Mais uma vez enfatizou a proposta de resgate da Vince Gás – valor aplicado 20 milhões, diante de pequena rentabilidade, apresentando como sugestão a Itaú Ações Dunamis- 24 melhores ações da B3 considerando análise fundamentalista, que encontra-se com retornos positivos. A seguir o Diretor Administrativo e Financeiro sugeriu a diminuição de concentração de investimentos na CEF (8 a 10%) e aumentar investimentos em grande bancos, autorização que ocorrerá posteriormente. Seguindo citou sobre a unificação de fundos na CEF, com mesmo fundo , mesma carteira , mesmo perfil, totalizando assim R\$ 167.821,925,98. Ainda apresentou como importantes alterações o resgate no Itau de DI com valor de R\$ 7.8.264,30 (dez/18) para outro fundo do próprio banco Itau Institucional Inflação 5 FIC , porem com maior rentabilidade . Ainda na CEF



Nara
[Handwritten marks]

10

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

resgatando do seu fundo Brasil REF DI LP com valor igual de R\$ 86.993.586,46 para outro fundo da CEF porém IMA B 5 TP RF LP II e finalmente um resgate na CEF FI Brasil IRF MI e IRF MW TP RF II totalizando, R\$ 66.095.180,20 tendo como sugestões de aplicações o Bradesco Selection FI Ações com valor de R\$ 36.095.180, 20 e Itaú Institucional RF Inflação 5 FIC R\$ 30. 000.000,00 com retorno de 9 a 10% ao ano , considerando a diminuição da taxa Selic ou até mantendo-a. Finalizando apresentou um quadro com os investimentos do Instituto nos grandes bancos em nível de porcentagem com valor igual a R\$ 681.516.922,02, estimando ainda a porcentagem caso deliberado as propostas de mudanças (aumentaria-se de 3 % a 8% o Bradesco e Itaú de 4% a 6% enquanto a CEF diminuiria de 47 % a 37%) . Reginaldo então perguntou se seria FIC e o Douglas respondeu que é FIC em segmento em cotas, e o seu benchmark é de 05 dias, diversificando em porcentagens que não segue cem por cento, isso nós gostamos e segue uma rentabilidade consistente de 20% a 25% ao ano que está dentro do nosso enquadramento de ações, que com isso passaria de 09% para 11%, sendo D4. Eliete então pediu a palavra e justificando o estabelecido anteriormente pelo colegiado que antes de qualquer deliberação deveria ser encaminhado anteriormente ao Conselho lâmina do investimento a ser realizado , aspecto também acordado com os demais conselheiros, ficando deliberado assim a unificação dos fundos na CEF assim como as alterações de aplicações no próprio banco (Itaú de DI com valor de R\$ 7.8.264,30 (dez/18) para Itaú Institucional Inflação 5 FIC e CEF Brasil REF DI LP para CEF FI BRASIL IMA B 5 TP RF LP II) e que seria encaminhado para análise prévia dos conselheiros as laminas do Bradesco Selection , Itaú Institucional e Itaú Dunamis

Encerradas as discussões em pauta, o guarda municipal Carlos Martins expos a importância da abertura ao final da reunião para fazerem sugestões de pauta para discutirem questões pertinentes aos mesmos , para que não retornem mais uma vez para casa com dúvidas, expondo ainda o desespero por parte de colegas guardas diante das suas aposentadorias serem glosadas, relatando a expectativas de muitos ao serem aposentados pela paridade do recebimento de seus vencimentos totais, refletindo inclusive sobre a possibilidade de voltar a ativa, visto seu baixo vencimento diante da glosa, considerando que quando da aposentadoria esta efetivou-se de forma voluntária. Assim, sugeriu que a cada dois meses se efetivasse uma reunião extraordinária para discussão sobre a temática dos aposentados que envolveria assim todas as categorias de forma geral, uma vez que avalia importante as informações serem obtidas através de sua fonte, acrescentando ainda que a partir de pautas específicas seria fundamental a

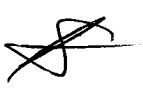


Para o
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

participação da Procuradoria , Financeiro, etc visto que muitas vezes por ser leigo de alguns assuntos saiu da reunião sem total compreensão. Com isso apresentou alguns questionamentos : se a Pauliprev possui interesse em realizar descontos visando suprir os rombos fraudulentos, explicando ainda do porque desta dúvida, citando da prescrição dos valores quando da possível devolução; da manutenção dos descontos até o momento dos guardas da ativa pela Prefeitura; lembrando ainda o posicionamento do antigo gestor que avaliara que deveria ser pago e atualmente a mudança de entendimento citando que não deveria , apontando ainda a demora na questão de agilizar uma solução para o caso. Sandra então pediu a palavra e expos que o referido Guarda teria solicitado uma reunião no Instituto , a qual foi rapidamente agilizada contando com o Juridico Sanches, Procuradoria, conselheira Ligian e Diretora Presidente visando poder esclarecer todas as dúvidas; que compreendia suas queixas; que avaliava muito triste ver o que está acontecendo com a GM e outras categorias que vem contando com glosas acrescentando ainda que esta situação é desconfortável para qualquer pessoa do Instituto ou dos Conselhos ; que em relação a questão que o Instituto estaria contando com benefícios com as glosas, Sandra citou que ao seu ver que isso constituía um “buraco” sem fim ao Instituto , enfatizando tudo que foi realizado erroneamente pela Pauliprev desde a sua criação, inclusive quanto aos recolhimentos indevidos que ao seu ver não é moral como não é legal, portanto não vê como o Instituto possa ter ganho com isso; em relação associar a glosa do Instituto com o rombo através dos fundos podres, Sandra ressaltou que o mesmo vem acompanhando as várias reuniões e tem acompanhado as várias tentativas para resgatar tais valores investidos ainda em outras gestões; que era muito mais fácil realizar aplicações em fundos idôneos , adequados, concluindo então que tal compensação é inexistente até devido os valores aplicados nestes fundos. A seguir citou ainda que o Instituto vem perdendo com as glosas, visto que a compensação previdenciária não pode ser efetivada sem contar o contencioso jurídico que demanda ações por parte da Procuradoria atrasando assim outras atividades do Pauliprev. Citou a seguir que os erros das Leis é decorrente de quem faz as leis; que teriam agido certo quando buscaram o Prefeito na busca de soluções para o problema da categoria porém poderiam ter contado com a participação do Instituto; que teriam obtido como devolutiva tanto por parte do Prefeito como o vereador Tiguiila um posicionamento que não poderiam cumprir, sendo que posteriormente ao ser apresentado ao Prefeito os documentos do Tribunal de Contas ele compreendeu a complexidade e que não era

Nara de



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

possível realizar os pagamentos, ressaltando a participação do Jurídico da Prefeitura e Procuradoria do Instituto visando encontrar uma solução, demonstrando desta forma que todos envolvidos vem sim buscando uma saída alternativa para a questão. Foi ainda questionado por um servidor da guarda do porque o Instituto concedeu a aposentadoria especial enquanto que a Sanches não avaliou correto este benefício aos guardas. A Diretora Presidente citou que o antigo Diretor Presidente tinha este posicionamento baseado na Lei complementar 64 contrário em relação a Assessoria Jurídica, no entanto quando avaliada a mesma como inconstitucional o Instituto parou de conceder, apresentando ainda sua preocupação em relação ao Tribunal de contas em relação a estas aposentadorias concedidas. Nivia então citou que poderá acontecer é o Tribunal de contas cassar tais aposentadorias e e os servidores terem que retornar ao trabalho para complementar o tempo restante. O guarda Martins explicou que o que fundamenta a aposentadoria especial são duas leis explanando assim suas vertentes. A guarda Maria então expos que quando em atividades seu salário como referencial era igual de uma servente, enfatizando que não estaria menosprezando a colega , sendo o que fazia sua diferenciação correspondia ao adicional de risco e premio motorista, questionando que não aceita não levar esses benefícios quando da aposentadoria, valor este muito significativo. A Diretora Presidente seguir ressaltou os vários estudos realizados para mudança da base previdenciária e que nenhuma havia caminhado, enfatizando que a base previdenciária precisa ser alterada com urgência , solicitando a contribuição dos presentes para isso , citando da reunião já realizada e da do dia posterior, explicando aos presentes ainda os motivos pelos quais se mantem as glosas de aposentadorias, solicitando assim um pouco de paciência. Nivia ainda citou que além da alteração da Lei 18, a Lei 17 também necessita de modificações. Sandra pediu a palavra e citou que guarda Martins teria citado os boatos, que a “radio peão” sempre existiu, que a atitudes dos mesmos foi correta porque a reunião é o local para realizar perguntas e fazer seus posicionamentos, uma vez que teria sido divulgado também que a guarda teria se reunido e conversado com o Prefeito para pedir a “cabeça da Nivia”. O guarda Martins reiterado por outro servidor da mesma categoria citaram que dentro da corporação há grupos que apoiaram o Prefeito interino anterior e o atual , acreditando assim que este boato tenha saído a partir de outro grupo. A Diretora Presidente então expos que a “caneta” não estava na sua mão e portanto o receio de decepcionar as pessoas que acreditavam na mesma; que a mesma pensava em cada um dos presentes, se colocava no lugar de cada



Maria M



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

um e que se sentia mal diante destas questões. Um guarda presente solicitou então que Nivia e Procuradores os ajudassem porém tudo dentro da Lei, salientando que se o caminho for retornar ao trabalho, não teria problemas. Nara então explicou que no caso das professoras e diretoras tinham um problema muito similar em relação a hora atividade e assessoria pedagógica que representava 50% do seu salário. Lembrou que quando se afastavam de licença saúde não recebiam esses valores e isto levou alguns servidores entrarem na justiça e acabaram ganhando essas causas por que ocorreu a contribuição. Para solucionar este problema no final do ano passado foi criada uma Lei modificando a Lei 18, com o Pccv essas verbas passaram a fazer parte integrante do salário, enfatizando assim que senão fosse desta forma Professores e Diretores teriam o mesmo problema como os Guardas. Ainda explanou que muitas vezes independente do nome dado a verba, na sua grande maioria era para se repor salário e com este argumento poderiam usar a mesma estratégia utilizada pelas Professoras e Diretoras, mas que infelizmente quem resolveria seria o Executivo e não o Instituto. Nara ainda acrescentou que não teria sido chamada para participar de reunião no Gabinete, o que fez Sandra responder que a mesma encontrava-se em viagem de férias, seguindo Nara citou que gostaria de ser comunicada quando ocorresse novamente. Finalizando o guarda Martins agradeceu a oportunidade, do espaço concedido e pedindo desculpas por algo. Sandra completou dizendo ao guarda Martins que quando quisessem colocar algum assunto em pauta, que entrassem em contato com os conselheiros.

Nada mais havendo a ser apresentado ou deliberado e considerando o término da reunião, aproximadamente as 20:14 hs, eu, Eliete Maria da Silva, lavrei a presente Ata, que segue para aprovação e assinaturas dos conselheiros.



Edson Tomaz

Presidente do Conselho Administrativo

Suziane Barbosa dos Santos

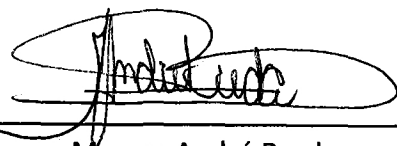
Conselho Administrativo

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

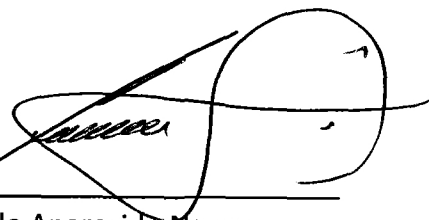
(ausente)

Vera Lúcia Veronese
Conselho Administrativo

Andréia Cristina Pietrobom
Conselho Administrativo



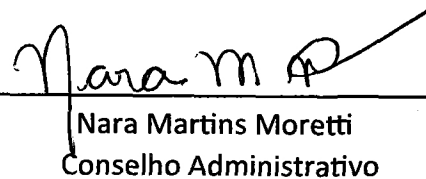
Marcos André Breda
Conselho Administrativo




Reginaldo Aparecido Naves
Conselho Administrativo



Eliete Maria da Silva
Conselho Administrativo



Nara Martins Moretti
Conselho Administrativo



Sandra Ariadne Casassa
Conselho Administrativo



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

**PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

DATA: 04/02/2019 – 18:00 HORAS

LOCAL: CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO

Avenida Aristóteles Costa, 208 – Jd. Calegaris

- 1. Leitura e aprovação da Ata da reunião do dia 21/01/2019;**
- 2. Apresentação pelo setor de perícias dos trabalhos realizados com servidores afastados;**
- 3. Apresentação pelo Comitê de Investimento das justificativas da sugestão de resgate e nova aplicação de valores do Instituto;**
- 4. Apresentação de orçamentos para contratação de empresa de gestão atuarial;**
- 5. Posicionamento da diretoria do Instituto sobre a necessidade ou não dos serviços da assessoria de imprensa.**

Paulínia, 30 de janeiro de 2019

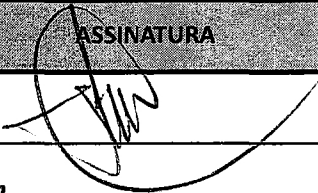
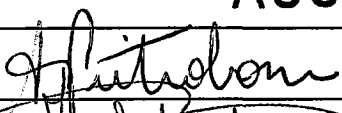
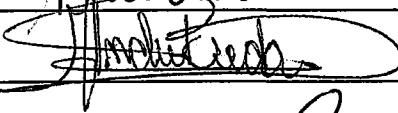
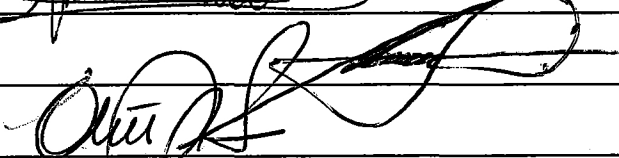



EDSON TOMAZ

Presidente do Conselho de Administração

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
04 de fevereiro de 2019 – 18 horas – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO

Reunião Ordinária

SEQ.	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	SUZIANE BARBOSA DOS SANTOS	Suziane.
3	VERA LÚCIA VERONEZE	AUSENTE
4	ANDREIA CRISTINA PIETROBOM	
5	MARCOS ANDRÉ BREDAS	
6	REGINALDO APARECIDO NAVES	
7	ELIETE MARIA DA SILVA	
8	NARA MARTINS MORETTI	Nara m
9	SANDRA ARIADNE CASASSA	Sandra Ariadne